



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0011515-37.2010.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória**  
Requerente: **Rosenal dos Santos e outros**  
Requerido: **Espólio de Saturnino Branco e outros**

Proc. 1209/10

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

Inteira razão assiste aos autores em sua manifestação de fls. 134/135.

De fato, da inicial, constou expressamente, que o imóvel objeto desta ação de adjudicação, corresponde à área “B”, do lote 07 da quadra 52, do loteamento Jardim Jockey Clube, objeto da Matrícula nº 29.410, no CRI local.

Da sentença não constou a observação de que o imóvel adjudicado, diz respeito à área “B”, do imóvel referido no parágrafo imediatamente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

anterior.

Dispõe o art. 463, inc. I, do CPC, que ao publicar a sentença o Juiz pode alterá-la para lhe corrigir, de ofício, inexactidões materiais.

Ante o exposto e fundamentado no aludido art. 463, inc. I, do CPC, corrijo o dispositivo da decisão proferida a fls. 116/120, que, passa a ter a seguinte redação:

“Com tais considerações e o mais que dos autos consta, homologo, fundamentado no art. 269, inc. II, do CPC, para que produza seus efeitos legais, o reconhecimento da procedência do pedido inicial efetuada pelos réus.

Em consequência, julgo procedente a ação e adjudico a área “B”, do o lote nº 07, da quadra 52, do loteamento denominado “JARDIM JOCKEY (ou Jockey) CLUB”, objeto da Matrícula nº 29.410, no CRI local, aos autores.

Transitada esta em julgado, valerá como título para inscrição.

Condeno os requeridos ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atribuído à causa.

Caso os autores, tal como alegado a fls. 99, não pretendam receber a verba honorária, poderão se abster da execução da sucumbência.

Porém, deverão recolher eventuais custas remanescentes.”

P. Retifique-se o registro e Int., aditando-se, após, a carta de sentença.

SÃO CARLOS, 10 de novembro de 2013.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**